

PFL já aceita perder vice-presidente da Mesa para PMDB

Janio de Freitas

Argumentos a granel

A ideia que aciona as pressões para a pronta definição do mandato de Sarney, ainda que só como um compromisso a ser formalizado pela Constituinte na ocasião apropriada, é a de coincidir esta definição e a reforma ministerial, só por isso acenada mas retardada pelo presidente.

Além das vagas de primeiro e segundo níveis de governo, a reforma permite a negociação de nomeações para 33 mil cargos de preenchimento assinado pelo presidente, segundo estudo feito quando Tancredo Neves preparava-se para assumir. De lá para cá, este número só cresceu, com os ministérios e cargos criados por Sarney. Sobram argumentos ao presidente, pois, para defender o mandato mais longo possível.

O primeiro acordo feito por Sarney, porém, mal foi concluído e sofreu um impacto perturbador. Anunciado como novo ministro do Planejamento por acordo entre o presidente e o governador de Minas, Newton Cardoso, Aníbal Teixeira foi atingido pelo prefeito da cidade mineira de Fabriciano com uma denúncia interessante, ontem divulgada: como atual encarregado da Secretaria Especial de Ação Comunitária, que o presidente considera exemplo da eficiência de seu governo, Teixeira contratou a Imobiliária Novo Remo para a construção de um conjunto habitacional, matriz de vários outros a serem espalhados pela empresa na chamada Vale do Aço. Em tempo: Teixeira, que conquistou o entusiasmo do presidente com a pretendida distribuição de milhões de litros de leite gratuito a cada dia, é o dono da imobiliária por ele contratada.

O início está adequado à modalidade

de com que se fará a reforma ministerial.

Contra o trabalho

No governo de prioridades sociais, não é bastante que a aposentadoria permaneça como uma das indignidades brasileiras mais resistentes. Pretendem agora extinguir sua concessão por tempo de serviço, estabelecendo o critério único, para os que não tenham caído em invalidez, do limite de idade.

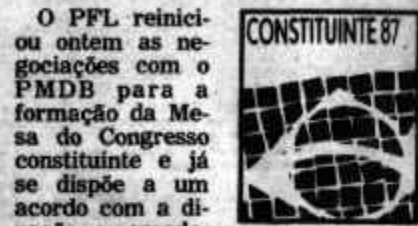
Quem já passou, pois, pelo sacrifício de ter que iniciar a vida produtiva mais cedo (e com ela as contribuições para a Previdência Social) terá que trabalhar mais anos, para fazer jus à devolução de uma parcela mínima das suas contribuições, do que aquele já beneficiado pelo início retardado da vida de trabalho.

É a regra de sempre: ao Estado, tudo; ao contribuinte, o dever da contribuição.

Sempre há esperança

Se alguém disser que há, nas culminâncias do governo, quem deseje que os credores da dívida externa endureçam com o Brasil, o aconselhável é não contestar. Restam esperanças de que o governo, as mobilizações de nacionalidade que a meia moratória, ao invés do esperado, não bastou para criar.

Melhor do que contestar é observar certos ares de pouco caso e até de desafio ante o impasse da dívida externa. Não são atitudes gratuitas. Pelo menos, se isto serve de consolo, foi descoberta alguma utilidade, na polêmica interna, para a incapacidade de formular uma política para a dívida externa.



O PFL reiniciou ontem as negociações com o PMDB para a formação da Mesa do Congresso constituinte e já se dispôs a um acordo com a direção peemedebista mesmo sem conseguir o cargo de 1º vice-presidente. O recuo ocorreu na reunião da bancada do partido no Congresso constituinte, realizada ontem das 16h às 18h. A maioria dos parlamentares pefelistas afirmaram discordar das declarações feitas nos últimos dias pelo líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que chegou a ameaçar com a retirada do PFL dos trabalhos constituintes e a formação de uma "Constituinte paralela" caso a 1ª vice-presidência não fosse entregue a um pefelista.

Ontem, antes mesmo da reunião, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), retomou o diálogo em almoço com os líderes do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso. O próprio José Lourenço recuou e aceitou buscar um entendimento em nome do PFL.

As pressões pela negociação se intensificaram ontem de manhã em reunião da bancada de senadores do PFL. O senador Marcionílio Gadelha (PB) afirmou na reunião da tarde que os parlamentares pefelistas foram eleitos para fazer uma Constituição, que é "uma ata de um pacto social e político", e não para a ruptura. O deputado José Thomaz Nonô (AL) disse que não há sentido em propor "uma Constituição de direita e outra de esquerda. Vimos aqui para fazer a Constituição de todos."

Apesar de aceitarem o recuo, um grupo de deputados liderado por Edme Tavares (PB) e Albérico Cordeiro (AV) apresentou uma moção de "integral apoio às firmes posições assumidas pelo líder do partido, deputado José Lourenço." O apoio público a Lourenço foi dado também por parlamentares que criticaram sua proposta de "Constituinte paralela", como o senador Chiarelli. O deputado José Lins (CE) disse que, para o PFL, a participação em algum cargo importante da Comissão de Ordem Econômica ou da Comissão de Sistematização é mais importante do que a 1ª vice-presidência.

Até ontem às 19h a posição oficial do PMDB era de oferecer ao PFL a 2ª vice-presidência e a 2ª secretaria.



José Lourenço (centro), ao lado de Chiarelli (dir.), conversa com Saulo Queiroz na reunião da bancada pefelista

Crise pode influir na reforma

Da Sucursal de Brasília e do Reportagem Local

O presidente do Congresso constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães (SP), disse ontem que a crise entre o PMDB e o PFL em torno da composição da Mesa do Congresso constituinte poderá ter reflexos na reforma ministerial, e defendeu o entendimento entre os dois partidos

para que a crise não seja fator de pressão contra o presidente Sarney. Já para o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), Sarney "sabe medir o peso do PFL dentro do governo. Na composição da equipe do governo a situação é diferente da Constituinte". O líder do PTB na Câmara dos Deputados, Gastone Rigbi (SP), disse ontem que seu partido quer ter "poder no ministério".

PMDB impõe perfis opostos às comissões social e econômica

Se depender do PMDB, a futura Constituição será "avançada" socialmente, mas "conservadora" na definição do perfil da economia. Esta constatação surge com a indicação dos parlamentares peemedebistas que integrarão a comissão de Ordem Econômica, dominada pelos "conservadores" do partido, apesar de ter um relator de centro-esquerda, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Já a comissão de Ordem Social deverá ser composta majoritariamente por "progressistas". O PMDB terá maioria em todas as comissões, de acordo com o critério de proporcionalidade de representação parlamentar.

Na comissão da Ordem Social, cujos integrantes já foram indicados pelo PMDB, a maioria é composta pelos centristas e "progressistas" do partido. Devem compor a comissão, entre outros, os senadores Teotônio Vilela Filho (AL) e Francisco Rollemberg (SE) e os deputados Carlos Moseconi (MG), Francisco Amaral (SP), Hélio Costa (MG) e Domingos Leonelli (BA).

Já na comissão da Ordem Econômica predominava uma tendência oposta. O exemplo mais claro ficou ontem com a reunião da bancada paulista. Foram indicados para as três vagas que cabiam ao Estado os deputados Roberto Cardoso Alves, apoiado pela UDR (União Democrática Ruralista) nas últimas eleições, além de Gerson Marcondes e Paulo Zanzur, ambos de centro. Dois outros constituintes que disputavam a indicação — Antônio Perosa e Roberto Rollemberg, de centro-esquerda — acabaram de lado. Perosa foi indicado para a vice-liderança do PMDB no Congresso constituinte, juntamente com os deputados Del Bosco Amaral e Robson Marinho.

Entre os "conservadores" do PMDB que pleiteiam uma indicação para a comissão de Ordem Econômica estão o senador Irapuan Costa Jr. e sua mulher, a deputada Lúcia Vânia, de Goiás, o senador Carlos Alberto de Caril (AM), o senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco (SE), e os deputados Mário Bouchardet e Arnaldo Rosa Prata, ambos de Minas. Enquanto isso, os "progressistas" do PMDB estão reduzidos, nessa comissão, aos deputados Antônio Brito (RS), Oswaldo Lima Filho (PE), ex-ministro da Agricultura no governo João Goulart (61/64), e ao senador Severo Gomes (SP), que



Senador Severo Gomes (PMDB-SP)

será o relator por indicação de Ulysses Guimarães.

Na mesma comissão, os "conservadores" do PMDB terão ainda o apoio de parlamentares indicados pelos demais partidos. Assim, o PFL indicou, por exemplo, os deputados Alysson Paulinelli (MG), ex-ministro da Agricultura do governo Geisel (74/79) e apoiado pela UDR, Victor Fontana (RS) e José Lins (CE). O PDS entra com o senador Roberto Campos (MT) e o deputado Delfim Netto (SP). Os "progressistas" do PMDB não poderão esperar grande ajuda dos demais partidos de esquerda. O PT tem direito a duas vagas e deverá escolher hoje os deputados Vladimir Palmeira (RJ) e Virgílio Guimarães (MG). O PCB já indicou o deputado Fernando Santana (BA).

Embora o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), tenha dito ontem que as comissões estarão prontas até amanhã, o vice-líder Euclides Scalco (PR) acha que isso só ocorrerá segunda-feira. Isso porque os partidos, compostos as comissões, deverão discutir as presidências, vice-presidências e cargos de relator que caberão a cada um, segundo o critério da representação proporcional. Dos 32 cargos a serem distribuídos (oito presidências, dezesseis vice-presidências e oito relatores), o PMDB tem direito a deztoito.

Após 52 dias, regimento é promulgado; Constituição só deve sair em dezembro

Da Sucursal de Brasília

A nova Constituição brasileira finalmente ficará pronta antes do final de dezembro, de acordo com o regimento interno do Congresso constituinte — promulgado ontem pelo seu presidente, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 52 dias após a instalação dos trabalhos. Os constituintes não deverão contar com o tradicional recesso de julho. Mesmo assim, o prazo determinado pelo regimento interno para a apresentação do projeto final em plenário é de 208 dias, a contar de hoje. As oito comissões constitucionais devem concluir seus trabalhos em 65 dias. Se essas comissões constitucionais começarem a funcionar no dia 1º de abril — e respeitados rigorosamente todos os prazos —, a Constituição não estará pronta antes de 25 de novembro.

poderá ser votado e aprovado por títulos ou capítulos. O deputado Ulysses Guimarães já admitiu que essa votação não deverá levar menos de um mês. Assim, os trabalhos poderão chegar até o Natal.

Preocupado com essa demora, Ulysses admitiu a hipótese de convocar várias sessões diárias do Congresso constituinte para discussão e votação do projeto da Constituição. Segundo ele, isso poderia contribuir para acelerar os trabalhos e permitir que o país tenha uma Constituição antes do final do ano.

Ao promulgar o regimento, Ulysses destacou a colaboração de todos os partidos na sua elaboração. A Mesa do Congresso constituinte deverá ser eleita amanhã. Na próxima terça-feira, os líderes partidários deverão indicar os representantes de suas bancadas nas oito comissões constitucionais e na Comissão de Sistematização. No dia 1º de abril, deverão ser eleitos os presidentes das comissões e os relatores. A seguir, serão iniciados os trabalhos normais das comissões.

Quercia volta a defender licença de Ulysses

Da Reportagem Local

O governador de São Paulo, Orestes Quercia (PMDB), 48, voltou a defender ontem a tese de que o presidente do Congresso constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, deve licenciar-se da presidência nacional do PMDB. "Acho que o PMDB está se prejudicando por não ter um presidente titular", disse às 17h40, em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes (zona sul paulistana). Quercia encontra-se hoje com Ulysses, em Brasília, mas disse que não deve conversar sobre o assunto com o deputado. "Isso é coisa que a gente fala para a imprensa, não fala pessoalmente", afirmou o governador.

Quercia disse estar convencido de que ainda é "possível" convencer Ulysses da necessidade do pedido de licença, apesar das resistências do deputado. "Com jeito, a gente resolve isso", afirmou o governador paulista. Hoje, Quercia encontra-se também com o presidente José Sarney e com o ministro da Fazenda, Dilton Funaro. Acompanhado pelos coordenadores nacionais da Frente Municipalista Nacional, da qual é presidente, Quercia entrega a ambos um documento pedindo uma reforma tributária de emergência.

Durante o encontro com Sarney, Quercia deve sugerir ao presidente que se reúnam os representantes dos principais sindicatos e confede-

rações de trabalhadores, seguindo o exemplo do encontro com os empresários paulistas do último final de semana. Como frutos desse "contato bom" com o governo federal, Quercia disse esperar ajuda para vários de seus projetos para o Estado de São Paulo.

Ao comentar a crise entre o PMDB e o PFL, gerada pela disputa dos cargos da Mesa do Congresso constituinte, Quercia reafirmou a necessidade de manutenção da Aliança Democrática. "A ideia do presidente Sarney é manter essa aliança. É a nossa ideia também. Apesar do PMDB ser maioria, numa fase de intranquilidade econômica como a que atravessamos, acho muito importante a permanência da Aliança Democrática", afirmou, negando-se, porém, a opinar sobre a disputa pela primeira vice-presidência da Mesa do Congresso constituinte.

Comentando a indicação do mineiro Aníbal Teixeira para o Ministério do Planejamento, Quercia disse que Sarney deve definir um ministério equivalente para um representante de São Paulo, na próxima reforma ministerial. Nos últimos dois dias, os coordenadores da Frente Municipalista Nacional conversaram com Teixeira sobre a necessidade de uma reforma tributária e sobre a possibilidade de cessação de 20% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento para os municípios.

Cinco temas são escolhidos para a "iniciativa"

Da Reportagem Local

Vinte plenários estaduais constituintes (fóruns de entidades que se articulam desde 1985 para interferir nos trabalhos do Congresso constituinte) já selecionaram cinco temas sobre os quais apresentarão emendas ao projeto da nova Constituição brasileira. Os temas são: direitos dos trabalhadores, reforma agrária, reforma urbana, direito de informação e instrumentos de "participação popular" nos planos social, político e econômico.

Estas entidades utilizarão o direito de "iniciativa popular constituinte", previsto no artigo 23 do regimento interno do Congresso constituinte, pelo qual trinta mil cidadãos, sob responsabilidade de três entidades legalmente constituídas, podem apresentar emendas diretamente às oito comissões constitucionais.

Ontem, às 17h, na Câmara Municipal de São Paulo, no Viaduto Jacaré, zona central da cidade, foi realizada uma primeira reunião das entidades — entre as quais a CUT, CGT, Pastoral da Terra, Movimento dos Sem-Terra, UNE e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Segundo o arquiteto Francisco Whitaker Ferreira, 55, do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, no próximo sábado, às 10h, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, centro paulistano, haverá uma solenidade para comemorar a aprovação da "iniciativa popular".

No dia 3 de abril próximo, em Brasília, representantes dos vinte plenários estaduais estarão reunidos para discutir a realização de atos públicos, nas capitais, para lançamento das campanhas para coletas de assinaturas, além da promoção do Dia Nacional da "Iniciativa Popular Constituinte", em junho, e do Dia Nacional da Entrega das "Iniciativas", em Brasília, em julho.

Deputado deverá delegar para ficar na presidência

Da Sucursal de Brasília

O deputado federal Ulysses Guimarães (SP), 70, continuará na presidência do PMDB mas passará a delegar algumas tarefas políticas e administrativas a seus colegas da Executiva Nacional do partido. Este foi o compromisso acertado no último final de semana entre Ulysses e os líderes que, até então, vinham defendendo seu licenciamento da presidência do PMDB.

Ulysses continuará como o principal coordenador político do PMDB mas o senador Afonso Camargo (atual terceiro vice-presidente), o deputado federal Milton Reis (secretário-geral do partido) e o deputado Euclides Scalco (primeiro secretário) terão mais poderes nas decisões do partido. A Folha apurou ontem que o recém-eleito líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), também poderá ser incluído na Executiva.

O compromisso virtualmente eliminou o movimento que existia no partido em favor do licenciamento temporário de Ulysses da presidência. Articulavam esse movimento — além de Covas, Richa e Milton Reis — o senador José Richa (PR) e o governador de São Paulo, Orestes Quercia. Estes diziam que Ulysses não tinha condições de se dedicar ao partido por acumular também a presidência do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados (e, portanto, a vice-presidência da República).

A descentralização das atividades de Ulysses ficou decidida na última sexta-feira, numa reunião com Milton Reis e Afonso Camargo, na Câmara. No último domingo, na casa de Ulysses em Brasília, nova reunião com Camargo acertou os detalhes do compromisso. Uma das tarefas novas do partido será a instalação de sua sede própria em Brasília, disse ontem o deputado Milton Reis.



Proximidade leva governador ao mimetismo

A proximidade entre o governador Orestes Quercia e o presidente José Sarney chega à indumentária. Ontem, Quercia apareceu na coletiva à imprensa envergando um jaquetão cinza, ao estilo Sarney. Sarney tornou o uso do jaquetão uma marca registrada, como se pôde observar novamente este fim de semana em

São Paulo. "Vou seguir o exemplo do presidente", afirmou Quercia, orgulhando-se da roupa que estreava. O jaquetão já vem fazendo escola dentro do Palácio dos Bandeirantes. Além de Quercia, um assessor da secretaria de Governo também apareceu ontem vestindo seu modelo a "lá Sarney".

Simon é favorável à permanência de deputado no cargo TSE responderá consulta sobre governadores

Das Sucursais de Porto Alegre e de Recife

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), 47, defendeu ontem, às 9h, no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos (região metropolitana de São Paulo), a permanência do deputado Ulysses Guimarães na presidência do partido. "Não me parece lógico que Ulysses seja afastado", disse.

Segundo ele, a questão da licença do presidente do partido não será discutida na reunião que a Executiva do PMDB, que foi transferida de amanhã para quinta-feira, ficando restrita à questão das vice-presidências do partido. Simon reafirmou que entregou o cargo de primeiro vice-presidente à Executiva.

Arraes

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), 70, viajara hoje para Brasília, mas não participará da reunião da Executiva do PMDB, segundo afirmou seu secretário de Imprensa, jornalista Ricardo Leitão. Arraes permanecerá em Brasília apenas por algumas horas, retornando a Recife no final da tarde. O governador irá tratar de assuntos administrativos e participar de um almoço oferecido pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, ao presidente de Portugal, Mário Soares.

Segundo Ricardo Leitão, Arraes não comparecerá à reunião da Executiva Nacional do PMDB — que deverá tratar da substituição do primeiro e segundo vice-presidente do partido, Pedro Simon e Arraes, respectivamente —, porque o governador não quer defender uma posição em causa própria. Arraes já afirmou que não renunciará à segunda vice-presidência, deixando a questão para ser decidida pela Executiva de seu partido. O governador, no entanto, poderá pedir licença caso a questão venha a ser definida pelo partido.

Ainda esta semana, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) responderá à consulta feita pelo deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), para saber se um membro da Executiva Nacional de um partido deve licenciar-se ou renunciar ao posto partidário, quando eleito governador de Estado. A resposta servirá de referência para que a Executiva Nacional do PMDB, que se reunirá na próxima terça-feira, decida se os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, de Pernambuco, deixarão ou não a 1ª e 2ª vice-presidências do PMDB. Para Uequed, "será uma ilegalidade" se os dois não renunciarem a seus cargos na direção partidária.

PONTA DE ESTOQUE
PREÇOS ALUCINANTES
3 SEM ACRESCIMO
LIQUIDAÇÃO PRELUDE

— RESERVAS —
MARÇO
Chalés Hotel
Fazenda
VALE DO SOL
SERRA NEGRA
0192-92-3500
SP-257-3955
LUA DE MEL - FINS
DE SEMANA-FÉRIAS